GOVERNO DE PORTUGAL | SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO DA ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Apoios à Reabilitação de Edifícios: a iniciativa Jessica
Seminário Tektónica 2012

9 Maio 2012, FIL, Lisboa

Intervenção de
ÁLVARO SANTOS
Chefe de Gabinete do Secretário de Estado Adjunto da
Economia e Desenvolvimento Regional

Senhor Secretário-Geral da iniciativa JESSICA,
Senhores Organizadores, na pessoa do Senhor Presidente da Associação Portuguesa dos Fabricantes de Argamassas e ETICS,
Senhores Administradores dos Fundos de Desenvolvimento Urbano do JESSICA,
Minhas Senhoras, Meus Senhores,

Em nome do Senhor Secretário de Estado Adjunto da Economia e Desenvolvimento Regional, Dr. António Almeida Henriques, agradeço vivamente o convite que lhe dirigiram para presidir ao encerramento deste seminário.

Trago uma mensagem de especial saudação da parte do Senhor Secretário de Estado. O tema que aqui nos traz situa-se no centro das preocupações do País e do Governo em matéria de política de cidades e de reabilitação urbana.

A reabilitação urbana é um pulmão indispensável à revitalização e renovação das cidades, nos planos económico, social, cultural e criativo.

Mas é também a via disponível e relevante para a criação de novas dinâmicas de desenvolvimento e evolução do setor empresarial da construção e reabilitação em Portugal.

Dispomos de grande *know how* empresarial nestas atividades.

Temos agora de o reorientar para as novas oportunidades da economia urbana e do território. E para as prioridades certas, que defendem o património, a economia e os interesses dos cidadãos.

Parafraseando um célebre presidente norte-americano, diria que «aqueles que tornam possível uma revolução pacífica evitam uma revolução violenta.»

Não devemos, não podemos, enjeitar os desafios do presente. A reabilitação – e a reabilitação orientada para o mercado – é um desses desafios.

Por isto, consideramos tão oportuna esta iniciativa, felicitando os seus organizadores, os oradores e a participação e capacidade de resistência dos que me ouvem.

Minhas Senhoras, meus Senhores,

O Governo Português atribuiu prioridade absoluta ao tema da reabilitação do edificado urbano.

Uma das suas primeiras reformas estruturais avançou neste domínio e no do arrendamento urbano, revelando sensibilidade territorial, social e económica.

As propostas legislativas em causa encontram-se na Assembleia da República, mas a sua iniciativa por si só teve o mérito de despertar a opinião pública, os investidores e o mercado para o tema.

O futuro enquadramento legal relativo à reabilitação e ao arrendamento urbanos atua no sentido de uma desejável reanimação destes mercados, tornando-os mais simples, acessíveis e atractivos para proprietários, investidores e consumidores.

Uma política de estímulo à reabilitação do nosso edificado urbano e ao arrendamento terá um efeito triplo:

i) na reabilitação da imagem urbana das cidades, na defesa do património do edificado e na promoção da qualidade de vida das populações;

ii) na revitalização e mobilidade social e económica proporcionada pelas nossas cidades;

iii) numa dinâmica de reorientação e adaptação das actividades económicas e empresariais ligadas à construção e reabilitação do edificado.

Minhas Senhoras, meus Senhores,

A iniciativa JESSICA é um bom exemplo do que deverá ser o presente e o futuro da política de cidades e desenvolvimento urbano em Portugal.

O JESSICA põe o acento tónico na reabilitação do edificado urbano (público ou privado), olhando ao mesmo tempo para a sua rentabilidade económica.

Os fundos constituídos ao abrigo do JESSICA em Portugal disponibilizam 335 milhões de Euros de financiamento, associando o apoio à reabilitação urbana com a revitalização económica.

Isto é, visam gerar valor, atividades e emprego *real*. Numa lógica de sustentabilidade do próprio investimento.

Nos últimos anos, o QREN executou 400 milhões de Euros de financiamentos comunitários na chamada "Política de Cidades".

Não pomos em causa a importância e o mérito destes investimentos, mas espera-se que sejam valorizados economicamente.

O JESSICA coresponsabiliza neste objetivo o seu beneficiário, na medida em que o financiamento concedido terá de ser reembolsado, realimentando o Fundo.

A expressão "fundos perdidos", que contém em si uma sintomática significação sobre um certo modo perdulário de investir, terá, a partir daqui, os dias contados…

A rentabilidade económica dos investimentos é e será um dos principais critérios na seleção dos investimentos que estão em análise nos Fundos de Desenvolvimento Urbano do JESSICA.

Não é dinheiro fácil, mas é investimento que vale a pena. E não poderia deixar de ser assim: projetos reais de reabilitação urbana e de desenvolvimento económico.

Em Outubro passado contratualizámos os 3 Fundos de Desenvolvimento Urbano da iniciativa JESSICA, em Portugal.

Seis meses volvidos, no mês passado, entregámos o primeiro financiamento. Em Évora, no seu centro histórico.

O Governo está empenhado em concretizar, em vez de anunciar. Em resolver, em vez de complicar.

Muito especialmente no QREN e nos mecanismos de financiamento da nossa economia, particularmente relevantes no atual momento de contenção da despesa pública e de restrição ao crédito.

Neste momento, estão em carteira mais de 90 projetos de reabilitação urbana nos 3 Fundos do JESSICA, totalizando um volume de investimento global que ronda os 380 milhões de Euros.

Os administradores dos Fundos JESSICA são responsáveis por viabilizar, em bom tempo, os melhores projetos que têm em análise. Segundo os critérios de elegibilidade e de rentabilidade.

Por seu turno, os investidores e as empresas têm a responsabilidade de aproveitar esta oportunidade.

A nossa responsabilidade é marcar um novo tempo.

Não apenas pela capacidade de executar, de aproveitar as oportunidades, mas também na orientação e nos resultados dos investimentos que fazemos.

O desenvolvimento económico e do emprego no país exigem melhores apostas.

Mais sustentáveis, mais estratégicas, mais rentáveis.

A aposta na reabilitação urbana, numa lógica de animação social e económica, é um objetivo irresistível das políticas e das reformas de hoje.

E devemos todos garantir que Portugal aplica e investe, integralmente e bem, os fundos comunitários de que é beneficiário.

Esse é um papel colectivo e individual. Cabe às cidades e aos seus protagonistas. Aos municípios, aos investidores e às empresas.

Muito obrigado.